

## DOSSIÊ TEMÁTICO

### NOTAS PARA UM MATERIALISMO BI-ALÉTICO

Marília Moschkovich<sup>1</sup>

**Resumo:** No coração das polêmicas e tensões entre e com feministas em torno do conceito de gênero pulsa uma concepção dialética da mulher enquanto sujeito ou, ainda, do sujeito enquanto mulher. Este ensaio propõe e elabora, inicialmente, de que maneiras o poder disruptivo desse conceito pode ser atribuído ao fato de que o mesmo toma a dialética como solução teórica para dilemas concretos da investigação e da luta feministas. O texto procura avançar, então, a partir dessa proposição, instigando um olhar bissexual para as proposições de Hegel e Marx em torno da dialética como método, explorando as possibilidades revolucionárias no sistema de gênero a partir da ideia de negação/negatividade, em diálogo com Adorno. Neste escopo, se propõem as bases de uma bi-alética que se pretende ferramenta para a transformação e futura superação do sistema de Gênero, apontando como possível caminho a compreensão da identidade travesti e da travestilidade como categoria bialética.

**Palavras-chave:** Gênero. Bissexualidade. Filosofia. Feminismo. Travestilidade.

109

#### Introdução

*“Ain’t much of a difference  
Between a bridge and a wall”<sup>2</sup>  
(MITCHELL, 1994)*

“Não há muita diferença entre uma ponte e um muro”, diz a epígrafe deste ensaio. Os versos são parte da canção *“Tear me down”* (“me derrube”, “me ponha abaixo”, “me destrua”), que abre a ópera rock *Hewdig & The Angry Inch*, de John Cameron Mitchell, transformada em longa-metragem em 1994. Baseado em uma peça musical do mesmo autor e diretor, fruto do

<sup>1</sup> Doutora em Educação na linha de pesquisa Educação e Ciências Sociais pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora em Gênero, Mídia e Desigualdades (GEMID) no Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS) do departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>2</sup> “Não há muita diferença / entre uma ponte e um muro”.

efervescente cenário LGBTQIA+ e, em especial, da cena drag-punk novaiorquina da época, o filme é em grande medida um retrato da potência disruptiva do conceito de gênero em seu estado gestacional (MOSCHKOVICH, 2018). A narrativa conta a trajetória de Hedwig, protagonista que nasceu e cresceu em Berlim na República Democrática Alemã (RDA) e que, após a queda do muro, sofre a amputação de seu pênis (quando esperava passar por uma cirurgia de redesignação), ao buscar meios ilegais para utilizar o passaporte de sua mãe na empreitada de imigrar para os Estados Unidos acompanhando um policial por quem se apaixona. Genitália ambígua, expressão de gênero ambígua, identidade ou pronomes fora de questão (marcas da época) – assim nos é apresentada essa protagonista, cuja primeira fala no filme é “*Don’t you know me, Kansas City? I’m the new Berlin wall. Try and tear me down!*”<sup>3</sup>.

Como em *Hedwig & The Angry Inch*, a partir de reflexões iniciadas na escrita de *Feminist Gender Wars* (MOSCHKOVICH, 2018), minha tese de doutorado sobre a recepção do conceito de gênero no Brasil, este ensaio procura desenvolver alguns dispositivos teóricos que apoiem a construção de novas conexões e possibilidades de interpretação, por um lado, sobre os fenômenos sociais atravessados pelo sistema de gênero por meio de ferramentas da teoria crítica e, por outro, também sobre os fenômenos tipicamente discutidos na teoria crítica por meio das ferramentas da teoria de gênero. A primeira seção estabelece as bases sobre quais essas proposições se apoiam e reflete sobre o conceito de gênero e o debate em torno de uma de suas categorias, “a mulher”, nos conflitos entre ciência e política feministas, e sua relação com a dialética; a segunda propõe, a partir disso, um olhar bissexual para a dialética como ferramenta de análise, desenhando a forma embrionária possível para uma dialética bissexual, chamada aqui literariamente de *bi-alética*; o ensaio se encerra com uma das hipóteses tornadas possíveis a partir do olhar bialético, reivindicando a necessidade de compreender quem é o sujeito revolucionário – o proletariado – do sistema de gênero, e apresentando como possível resposta a figura da travesti.

---

<sup>3</sup> “Vocês não me conhecem, Kansas City? Sou o novo muro de Berlim. Tentem me derrubar!”.

### **Alguns pressupostos**

A ruptura com o binarismo de categorias estanques inculcadas na nossa construção como sujeitos por meio do sistema de gênero – ou, como prefiro chamá-lo, o Gênero (com letra maiúscula) – vem sendo experimentada e operada na história ocidental há relativamente bastante tempo, embora apresentada com frequência como fenômeno recente ou genericamente “atual” (o que de certa forma pode ser entendido como um efeito da confusão entre a existência de experiências disruptivas dessa norma, de um lado, e a construção coletiva do entendimento sobre quem opera essas rupturas enquanto sujeitos políticos, de outro). Embora não tome o contexto brasileiro como ocidental, o que seria um equívoco, este ensaio parte da premissa de que operamos, brasileiros<sup>4</sup>, regimes simbólicos baseados na centralidade das construções ocidentais, como decorrência direta do projeto colonial europeu e de seus aparatos de manutenção como a nossa forma específica de Gênero, operada pelo dispositivo que Butler (2006a) chamou de “matriz heterossexual”.

No processo de reinterpretação, reelaboração e apropriação das normas coloniais (que são ocidentais) a partir de heranças outras (não-ocidentais), como é o caso do Brasil – lembrando aqui do brilhantismo de Ribeiro (1995) quando estabelecendo bases anticolonialistas para a reflexão nacional – e das demais colônias que hoje compõem a periferia do modo de produção capitalista, o produto possível é necessariamente um regime simbólico que, se por um lado mantém como eixo central normativo as construções ocidentais e carrega sua história, por outro também permite a sua flexibilização, seu escárnio, sua paródia. Se a vida não cabe na norma e a norma não abarca jamais a vida, é concreto pensar que nos contextos marginais (antes que periféricos) essa impossibilidade é ainda mais importante como operador do espaço vazio em que se pode, então, criar. Essa seria uma maneira possível de explicar de forma objetiva e resumida algo que Hegel (2014; 2016a; 2017; 2018), Marx (2013; 2014; 2017) e Adorno (2009) propuseram sobre o caráter negativo necessário das transformações sociais e políticas, o que

---

<sup>4</sup> Utilizo ao longo do texto, em alguns casos, a linguagem neutra de gênero baseada no “e” como desinência principal, evitando o “u” por possíveis problemas fonéticos e de compreensão. Quando se trata de generalizações para descrever coletivos multigênero, utilizo a terminação genericada no feminino (“a” como em “as professoras”, “as pesquisadoras”) como forma de subverter a norma gramatical corrente em relação às generalizações, por um lado e, por outro, pela proposição de definir o espaço do feminino como negação da norma, no sentido discutido em “O segundo sexo” – ver Beauvoir (1949a); Beauvoir (1949b) Essa proposição é melhor discutida ao longo e ao final do texto.

também observou Freud (2014) quanto a processos individuais de construção dos sujeitos. É neste ponto que entram as pontes e muros, já que a princípio a dialética, dado o prefixo grego “dia” é sobre atravessar, cruzar – se pontes ou muros, tanto faz.

Cabe, por isso, recuperar que não são recentes mas talvez constituintes do Gênero ocidental, operado pela matriz heterossexual, as rupturas com categorias binárias estanques dadas em suas três dimensões: a ficção do sexo biológico, a construção de uma identidade e de uma expressão de gênero, e as práticas e desejos sexuais<sup>5</sup>. Contudo, seria ingênuo ignorar que, se essas rupturas não são novas, elas tampouco são a-históricas. Compreender sua historicidade é acolher que há certa particularidade em suas formas correntes. As categorias políticas e sujeitos trans, travestis, bissexuais, lésbicas, gays, queer e outras se configuram hoje por meio de um conjunto de práticas historicamente localizado, que é tributário do processo dinâmico de acúmulo coletivo de experiência e reflexão. Dentre os variados tipos de reflexão possível que compõem essa trajetória, o caso da relação entre ciência e política no movimento LGBTQIA+ e no movimento feminista é especialmente interessante. Entre outras ferramentas elaboradas nesse contexto, o conceito de gênero parece ter tido um impacto substantivo nesse acúmulo, e na abertura de possibilidades de ruptura com a matriz heterossexual. Por esse motivo, o conceito de gênero é o ponto de partida deste ensaio.

### **Gênero ou mulher? – sujeito e subversão da identidade**

Um dos principais desafios de qualquer texto que se proponha a abordar sob qualquer ótica o conceito de gênero é encontrar ferramentas para definir, afinal, do que é que se fala quando se fala em “gênero”. Dezenas de artigos, revisões bibliográficas e ensaios procuraram, nas últimas décadas, dar conta desse problema. Nesse sentido, a ideia de “gênero” foi dita polifônica, polissêmica e recebeu tantas outras designações interessantes, porém limitadas.

---

<sup>5</sup> Observo também que entendo aqui todo o universo das relações ditas românticas ou ligadas à noção de formação de famílias a partir de casais e parcerias similares, como parte do universo de práticas e desejos sexuais, mesmo no caso da vivência assexual. Isso decorre do fato de que, em última instância, a normatividade da matriz heterossexual organiza essa esfera da performance de gênero inclusive quando a proposição é recusá-la; e do fato de que as diversas formas de estabelecimento de parcerias fora da família de origem, numa sociedade estruturada por esse dispositivo (matriz heterossexual), perpassam sempre o eixo organizativo da possibilidade ou impossibilidade de existir sexualidade entre os envolvidos, ainda que não haja ato sexual corporal (o que tampouco é o caso de toda pessoa assexual).

Limitadas porque raramente refletiram sobre as diferenças qualitativas e epistêmicas nos possíveis usos do termo “gênero”. Quando levados em conta esses critérios, os usos de “gênero” se dividem principalmente em três tipos, na maior parte dos trabalhos científicos sobre o tema que pude analisar até o presente (MOSCHKOVICH, 2018).

O mais comum é o uso descritivo, ou seja, “gênero” enquanto um termo (por exemplo na construção de *surveys* em que não necessariamente há uma reflexão sobre relações de gênero ou processos de generificação, mas onde anteriormente se leria “sexo” hoje se lê “gênero”, ora mantido o binarismo tradicional e as categorias feminino/masculino, ora acrescentando-se outras categorias). Os outros dois são usos conceituais, ou seja, não se trata apenas de dizer a palavra “gênero”, mas de mobilizar o conceito ao qual a palavra se refere como forma de construir o objeto a ser investigado. Que conceito seria esse? – A divergência em relação a essa questão é que separa em dois grandes grupos os usos conceituais de “gênero”.

Em grande medida, é possível afirmar que esses dois usos conceituais diferem um do outro no que diz respeito à originalidade da forma de interpretar o conceito de gênero, em relação a outros conceitos previamente existentes (MOSCHKOVICH, 2018). O uso conceitual mais comum tanto na política quanto na ciência reivindica que “gênero” diz respeito às construções sociais feitas sobre um dado biológico – a diferença sexual ou, ainda, a diferença genital. Nesse sentido, não apresenta grandes diferenças de outros conceitos anteriores historicamente, como o de relações sociais de sexo ou mesmo o “sexo” num sentido social como encontrado em Beauvoir (1949a; 1949b), Mead (1935) e outras autoras, sobretudo na primeira metade do século XX. Trata-se de uma forma de substituir conceitos anteriores por um entendimento não-original do que seja o conceito de gênero. Um outro uso conceitual, que aponta maior originalidade no conceito, por outro lado, propõe que o olhar sobre o corpo (e a diferença sexual ou genital) seja também produto do Gênero. Recusa, assim, qualquer possibilidade de determinação física ou biológica sobre a maneira como os corpos são interpretados e entendidos. Afasta-se radicalmente das explicações ligadas às ciências da

natureza e biomédicas, propondo um entendimento totalizante do Gênero como estruturante da vida social<sup>6</sup>.

Essa última interpretação, condensada também (mas não apenas) na famosa obra “Problemas de Gênero” (BUTLER, 2006a), foi propulsora de uma desestabilização, nas últimas décadas, no que diz respeito ao entendimento sobre como o que hoje chamamos de Gênero opera. Uma evidência dessa desestabilização são as inúmeras tensões e polêmicas sobre o conceito de gênero, envolvendo tanto o movimento feminista quanto o movimento LGBTQIA+, às vezes entre seus próprios agentes, às vezes em relação a instituições, indivíduos ou organizações externas – nomeadamente, no período mais recente, a celeuma sobre a dita “ideologia de gênero”, termo utilizado como estratégia política por parte de conservadores religiosos (ALVAREZ, 2014; CORRÊA, 2018). No coração dessas tensões e polêmicas, é possível encontrar um elemento central para entender de que maneira o conceito de gênero arrebatou o universo da política dos sujeitos, ilustrado aqui pelos movimentos LGBT e feminista mas não limitado a eles: na medida em que propõe a dialética como solução para a investigação e a luta ligadas a esses movimentos sociais, essa interpretação original do conceito de gênero torna impossível uma resposta positiva única e absoluta, ou seja, torna impossível uma reivindicação única e categórica com a qual os males da desigualdade que se quer combater seriam sanados. Ou, melhor ainda (ou pior ainda), exige que, para que tais males possam de fato ser erradicados, seja preciso abrir mão de categorias que não apenas já estão estabelecidas na gramática política da luta e da interpretação de mundo operada por esses movimentos (e por isso muitas vezes tomadas como naturais ou inquestionáveis), como muitas vezes também vêm servindo como pontos de força e aglutinação da construção política. Nesse sentido, essa proposição obriga a uma dúvida constante em relação à própria experiência no mundo enquanto sujeito, por um lado, e em relação à experiência coletiva enquanto movimento, por outro. Como duvidar de suas categorias basilares sem abrir mão da legitimidade construída a duras penas?

---

<sup>6</sup> Os processos que produziram essa acirrada disputa em que diferentes grupos reivindicam diferentes interpretações e usos do termo “gênero” são o centro do problema de pesquisa que abordei em *Feminist Gender Wars*; essa tipologia dos usos e reivindicações sobre o termo “gênero” também está no mesmo trabalho - ver Moschkovich (2018).

Essa ousada exigência é também, em grande medida, o que aproxima as reivindicações feministas das reivindicações LGBTQIA+, uma vez que um de seus principais resultados é a desestabilização justamente da categoria mulher a partir do reconhecimento de que (i) outros sujeitos são também construídos nas relações de opressão do Gênero (homens cisgênero gays, homens e mulheres trans, travestis etc.), e de que (ii) a cisgeneridade, pressuposta pela norma da matriz heterossexual como parte da natureza do sujeito mulher, é um dispositivo que coloca algumas mulheres em posição dominante no sistema em que o feminismo julgou por cerca de um século serem exclusivamente dominadas. Assim, ao questionar se a mulher é (ou pode, ou deve ser) o sujeito político do feminismo, uma vez que esse movimento buscava extinguir as desigualdades produzidas pelo Gênero, Butler (2006a) opera na dimensão política a crítica que sua análise dialética do Gênero propõe. Não surpreende, por isso, que especialmente nas décadas de 1990 e 2000, circulasse no movimento feminista brasileiro a ideia de que embora o conceito de gênero pudesse ser adotado como ferramenta de análise, a categoria “mulher” deveria seguir pautando as reivindicações de políticas públicas e servindo como aglutinador e eixo político do movimento, uma vez que era preciso, na política, que se elegeesse um sujeito para as políticas públicas. Interessa perguntar, sobre esse discurso, por que a princípio suas defensoras não foram capazes de conceber que uma outra solução possível seria eleger uma ampla gama de sujeitos para as políticas públicas ligadas ao efeitos do Gênero, agregando novos grupos e sujeitos políticos às “mulheres” em diferentes situações ou, ainda, buscando também ampliar juridicamente o entendimento da categoria “mulher”.

No movimento LGBTQIA+, por outro lado, a desestabilização causada por esse mesmo invento – a interpretação original do conceito de gênero já discutida – parece ter tido aparência oposta. Sem nunca ter sido um movimento ligado às reivindicações de um único sujeito político central (sendo seus sujeitos inicialmente reconhecidos como lésbicas e gays, ampliados para pessoas bissexuais e trans, e posteriormente incluindo as diversas identidades *queer*, as vivências intersexo e a possibilidade de inclusão de outros grupos que não necessariamente se identifiquem com qualquer uma dessas construções), seu caminho parece ter sido o da afirmação positiva de uma infinidade de sujeitos particulares. Sobretudo a partir da década de 2000, a empreitada de buscar construir identidades que por vezes eram entendidas no campo político como singulares ou individuais colocou em contradição a própria ideia de identidade,

uma vez que qualquer processo identitário depende de relações de reconhecimento – e, portanto, da coletividade, semelhança e compartilhamento da mesma – para existir. Isso não é o mesmo que compreender que as identidades, embora coletivas, sejam experimentadas e vividas na singularidade individual, vale notar. Essa tensão permanente entre indivíduo e coletivo no processo de construção de identidades e de sujeitos políticos pode ser entendida, como na própria proposta de Butler (2006a) em relação à subversão da identidade, como motor das transformações nas formas de fazer o gênero (para as quais a performance é a ferramenta central). Haveria, nesse sentido, uma possível homologia entre o Gênero de história ocidental e o Capital como analisado por Marx (2013), e o mecanismo dialético da luta de classes e da produção da classe. Se é bem verdade que essa afirmação é neste momento uma hipótese, é verdade também que há elementos concretos para apoiá-la e apoiar sua investigação de forma mais detida em futuros trabalhos.

O fio que conecta os trabalhos de Marx (2013) e Butler (2006a), central para o debate aqui proposto, parece ser justamente a dialética como proposta por Hegel (1969b) e, em particular, considerando no caso do Gênero as relações já apontadas, o papel especial dado à negatividade na dialética (ADORNO, 2009; ADORNO, 2013; SAFATLE, 2017) partir de Hegel (1969b), como discuto a seguir, a ideia de identidade não-idêntica oferece uma chave potente para compreender as tensões e oposições ainda mal resolvidas tanto entre os movimentos feminista e LGBT, quanto internamente a cada um deles. Essa abordagem se alinha a um projeto dialético para os estudos feministas, LGBTQIA e de gênero que, como proposto por Guimarães (2018), autor brasileiro bissexual, procura organizar as contradições e, em especial, aquelas que aparecem num primeiro momento como tensões entre Universal e particulares (como parece ser o caso dos exemplos já elaborados nos parágrafos anteriores)<sup>7</sup>. O mesmo autor sistematizou algumas características das reflexões hegelianas acerca da dialética enquanto potência política, propostas por Adorno (2013), Butler (1987b) e Fausto (1997). Segundo essa sistematização, as “zonas de sombra” propostas por Fausto (1997), o “fardo predicativo” ou “fardo da predicação” proposto por Butler (1987b) e a negatividade como componente do caráter dialético da própria existência como proposto por Adorno (2013) são

---

<sup>7</sup> Para um debate tanto rigoroso quanto acessível sobre o papel político da dialética na esquerda revolucionária e nos movimentos sociais, assim como nas relações entre ambos, ver também Guimarães (2018).



conceitos distintos mas que procuram descrever um mesmo aspecto da dialética, qual seja, o fato de que falar em dialética implica em reconhecer ou, ainda, em minhas palavras, acolher a negatividade como motor das dinâmicas de tensão, enquanto se recusa, ao mesmo tempo, a fantasia de fazer caber em definições positivas os processos e existências de forma total. A identidade, questão central para as tensões aqui apresentadas e discutidas, ligadas à interpretação radicalmente original do conceito de gênero, pode ser analisada por essa perspectiva.

Nesses trabalhos todos, mas em especial em Butler (1987b; 2006a) e Guimarães (2018), descreve-se a maneira como a posição de uma coisa ou, no caso aqui, de uma identidade (a delimitação ou tentativa de definição de uma identidade pelo que ela é, separando-a daquilo que ela não é) gesta também seu negativo – que não consiste naquilo que está excluído da definição (e portanto, aquilo que a coisa ou identidade não é ou a que não diz respeito), mas sobretudo naquilo que a nega, que a impossibilita. Numa definição positiva, esse negativo é excluído da identidade, e recusado (um exemplo de definição positiva é aquela que determina que mulher é toda pessoa com útero, por exemplo, cuja fragilidade não precisa de grandes elucubrações teóricas para ser evidenciada, apenas de uma histerectomia). Uma definição dialética para qualquer identidade não pode, nessa perspectiva, ser uma definição positiva, uma vez que as definições positivas não acolhem contradições. Mesmo a multiplicidade infinita de identidades positivas – como mencionado no caso do movimento LGBT sobretudo após a década de 2000 – por essa característica jamais abarcará de maneira suficiente os processos de construção de identidade e de reconhecimento dos sujeitos na coletividade e da coletividade nos sujeitos. É também nesse sentido que contribuições como as de Lacan (2008) sobre “a mulher” enquanto categoria do feminino (na ideia de que a “mulher” é impossível como categoria positiva) foram brilhantemente discutidas por Moreira (2019), ao refletir sobre possíveis convergências e impossibilidades de conciliação entre o movimento feminista e uma perspectiva na qual a categoria “mulher” é radicalmente questionada.

A partir de uma proposição epistemológica dialética, como construir então mediações que caibam na política pública, nas reivindicações concretas de movimentos sociais, nas soluções (ainda que temporárias) para problemas sociais? A resposta parece estar numa compreensão da identidade que possa ser dialética, portanto, que não seja meramente positiva;

ou, ainda, poderia ser dito, numa compreensão não-identitarista da identidade e que valha para toda e qualquer identidade, inclusive outras identidades políticas como a do marxismo (PALHA, 2019), embora o foco deste ensaio sejam as categorias e identidades mais diretamente ligadas ao Gênero. Esse desafio necessariamente põe à prova as soluções baseadas no positivismo e na lógica formal (abordagens que em geral parece ser um requisito absoluto quando lidando com o campo do direito e da política, como reivindicam em sua narrativa as feministas que embora utilizem o termo ou um certo conceito de gênero, clamam que no campo das políticas públicas é preciso que “a mulher” seja uma categoria na prática inquestionável sob pena de terminarmos todas e todes sem direito algum) como epistemologias de análise dos fenômenos sociais que são objeto das disputas políticas. A ideia de identidade não-idêntica, discutida em praticamente todos os trabalhos previamente citados, parece oferecer uma pista para esse caminho.

Identidade não-idêntica é uma forma de descrever um dos princípios centrais da dialética nos termos de Hegel (2016a; 2017; 2018): o de que a repetição de algo causa, em si mesma, um novo predicado, processo conhecido também pelos poetas, que exploram as zonas de sombra e a negatividade intrínseca aos limites da língua. Quando a poeta estadunidense Gertrude Stein escreve “Rosa é uma rosa é uma rosa é uma rosa é uma rosa é uma rosa” (STEIN, 1922), ela não apenas ilustra esse processo como também aponta, de certa forma, que essa repetição carregada da categoria “rosa” é a chave para que a mesma fuja da normatividade e do positivismo do clichê na poesia. A segunda rosa nega e repete a primeira, a terceira o faz com a segunda, e assim por diante. O sentido da rosa sozinha é um, o sentido da rosa num buquê é outro – e seguem sendo, todas elas, rosas, mesmo que a primeira não seja a segunda, nem a terceira, nem a quarta etc. Por isso, entender a construção da identidade numa chave não-positiva exige acolher que verdadeiro e falso não sejam as únicas possibilidades para as identidades e categorias na realidade (GUIMARÃES, 2018).

O debate em torno da mulher, quando procura definir o que é uma mulher, ou que mulheres são legitimamente mulheres, estabelece um jogo de disputas que toma qualquer contradição, inconsistência ou fragilidade desse conceito como erro ou falsidade. Dando um passo atrás, é possível observar de que modo qualquer solução de fato precisa, primeiro, recusar os termos desse debate. Recusar os termos e os princípios segundo os quais o dispositivo da

matriz heterossexual define que sejam as identidades e as existências. Nesse sentido são semelhantes tanto os setores do feminismo que elaboram extensas rotinas de ginástica argumentativa para defender que uma definição positiva de “mulher” seja possível (caindo às vezes num essencialismo biológico ou psicológico que raramente não beira a transfobia e o cissexismo), quanto os setores do movimento LGBTQIA+ que fazem da definição positiva de múltiplas ou infinitas identidades sua luta diária: ambos seguem a norma do Gênero na medida em que aceitam os termos nos quais se deve debater, que são os termos insuficientes da lógica formal<sup>8</sup>.

A potência do conceito de gênero como ferramenta de análise, assim como sua posição central nas grandes tensões contemporâneas tanto dentro dos movimentos sociais referidos, quanto entre eles, quanto em relação a outros agentes sociais, parece estar, portanto, justamente em seu caráter dialético, que é necessariamente autodestrutivo e destrutivo das categorias com as quais o Gênero opera e seus dispositivos de poder (como a matriz heterossexual). Nas bem organizadas palavras de Guimarães (2018, p. 9):

Como projeto científico, a dialética implica noções de verdade também opostas às das epistemologias mainstream. Isso se dá pelo caráter, já citado, de que a identidade não-idêntica e a contradição são entendidas como princípios básicos para a possibilidade de construção do conhecimento dialético, enquanto para a lógica formal eles possuem o estatuto de erro e são, portanto, interditados. Se a contradição é entendida como elemento básico da realidade vivida e observada, a dialética busca dar a ela inteligibilidade e organização, ao menos no nível do pensamento.

A forma como se entende o que é verdadeiro ou falso carrega implicações nas ações humanas, posto que se relacionam com critérios de inteligibilidade, verificação e normatização (sejam explícitos ou tácitos).

Por outro lado, se a categoria mulher é insuficiente, nesse sentido, tanto para pensar a política feminista quanto para quaisquer outras políticas que procurem romper com o Gênero; e se o mero acréscimo de identidades a um conjunto não resulta necessariamente em uma construção capaz de romper com o sistema que as produzem, como encontrar uma saída teórica e política para o fim de todas as opressões ligadas a esse sistema? É a partir dessa chave que convido aqui a pensar, enfim, uma bi-alética, ou um olhar bissexual como forma não de

---

<sup>8</sup> “O princípio do terceiro excluído diz que uma determinada proposição somente pode ser verdadeira ou falsa. Qualquer terceira opção (como ela ser verdadeira e falsa ou nem verdadeira nem falsa) está excluída por definição. Por extensão, ao nos perguntarmos se uma dada identidade é verdadeira ou não, a lógica formal não permite pensar que ela seja verdadeira e falsa, ou seja, idêntica e não-idêntica. Assim, a identidade não-idêntica, base da dialética, viola a lógica formal por princípio.” - ver Guimarães (2018, p. 9).

resolver, mas de superar esses impasses trazidos a princípio pelo conceito de gênero em sua acepção original.

### **Bi-alética, ou um olhar bissexual**

Em última instância, este ensaio se propôs a pensar as bases para uma teoria política da revolução no Gênero; quer dizer, que movimentos, processos e construções poderiam, a princípio, transformar as relações sociais determinadas e determinantes desse sistema de forma que ele seja superado dialeticamente (ou “suprassumido” como dito em algumas traduções de Marx)? A primeira seção partiu das desestabilizações causadas pelo conceito de gênero nos movimentos feminista e LGBT, sobretudo ao tornar possível um questionamento enraizado da “mulher” como sujeito político do feminismo para apresentar a dialética e seu caráter negativo, assim como seu dispositivo da identidade não-idêntica, como instrumento para tal. Nesta seção, então, trata-se de colocar esse ferramental em operação.

A partir dessa perspectiva revolucionária do/para o Gênero – o que é categoricamente distinto de dizer-se “abolicionista” do gênero, o que em geral no campo político indica apenas um negacionismo do mesmo – cabe investigar quais os caminhos e possibilidades de sua superação. De maneira homóloga à reflexão marxista comunista revolucionária no que diz respeito à superação do capitalismo, numa perspectiva dialética, é imperativo tomar como ponto de partida justamente o delineamento do negativo. Qual é o negativo do Gênero? Que sujeitos cumprem a função negativa desse sistema, tal qual o proletariado (em suas diferentes expressões e manifestações ao longo da história) para o Capital? Isto é, que sujeitos se constituem a partir justamente da negação das normas que o compõem, sendo impossível que o Gênero os abarque senão causando sua própria destruição? Embora este ensaio seja insuficiente para afirmar uma resposta categórica e final, talvez seja possível aqui examinar tais perguntas e algumas vias de pensamento que elas são capazes de abrir.

Em primeiro lugar, buscando construir essa investigação, é preciso recuperar o entendimento sobre o mecanismo da matriz heterossexual, bem formulado na obra de Butler (2006a). Segundo a autora, esse é um mecanismo normativo que ordena e organiza o que venho chamando neste ensaio de Gênero ocidental. De maneira rápida, é possível descrevê-lo como

um conjunto de normas que atuam em três dimensões: a classificação genital dos corpos (em que opera a ficção do “sexo biológico” como forma de naturalizar as relações que esse fenômeno produz), a construção de identidade e expressão de gênero (considerando também que a relação entre expressão e reconhecimento é parte constituinte da construção de identidade) e, por fim, a dimensão da orientação heteronormativa de desejos e práticas sexuais (havendo aí também a pressuposição de uma coincidência necessária entre desejo e prática). A matriz heterossexual prevê uma continuidade obrigatória, cisnormativa e heteronormativa entre essas três dimensões e, não à toa, é um dispositivo positivo, como são as normas de maneira mais geral (BUTLER, 2008).

Para o ponto de interesse deste ensaio, importa observar que esse mecanismo se baseia de maneira bastante evidente em dois princípios, o da binariedade e o da mononormatividade. Combinados, é possível dizer que produzem um grande princípio orientador do Gênero ocidental, estruturante da matriz heterossexual, que é o da binariedade mononormativa. A binariedade mononormativa é um princípio alinhado com a lógica formal. Segundo esse princípio, que serve para ordenar e organizar a interpretação sobre o mundo e (como falamos de Gênero) sobre os corpos e o que envolve sua reprodução física ou a possibilidade dela – a “arena reprodutiva”, como quiseram Connell e Pearse (2015) –, as categorias possíveis acontecem em pares ideais formados sempre por duas categorias consideradas opostas e mutuamente excludentes, além de fixas e inatas; homem e mulher, heterossexual e homossexual, cisgênero e transgênero.

É proposital aqui a inclusão de “homossexual” e “transgênero” entre as categorias possíveis do Gênero ocidental e esta é, como toda decisão teórica, uma proposição também passível de questionamento. A princípio, do ponto de vista do funcionamento de um sistema, e observando esse sistema a partir da compreensão do princípio da binariedade mononormativa, é relativamente simples entender que, flexível de maneira homóloga ao Capital, o Gênero ocidental permite que oposições e rupturas positivadas operem em seu interior e sejam por ele incorporadas, garantindo sua manutenção e perpetuação. Quer dizer, as categorias positivadas de “transgeneridade” e “homossexualidade”, rompendo cada uma delas com um contínuo obrigatório da matriz heterossexual (a primeira rompe com o contínuo entre classificação genital e identidade/expressão/reconhecimento de gênero, enquanto a segunda rompe com o

contínuo obrigatório entre identidade/expressão/reconhecimento de gênero e prática/desejo sexual), passam a integrar esse sistema a partir de certo momento histórico, tornando-se mais uma parte antes ignorada da descrição do Gênero ocidental e da matriz heterossexual do que uma ruptura total propriamente dita com sua estrutura de base, ou com seus princípios. Não seriam, portanto, categorias revolucionárias do Gênero em si mesmas, mesmo que façam parte ativamente dos mecanismos que criam os espaços onde se delinea a negação que potencialmente causará sua ruína. Quer dizer, trata-se em última instância de categorias transformadoras, embora não revolucionárias em si mesmas no que diz respeito ao Gênero. Isso porque mantém a princípio a binariedade mononormativa – pareamento de categorias, compreensão das mesmas como opostas, fixas, inatas e mutuamente excludentes –, ou seja, ainda que como pontos de um espectro, esses pares de categorias seguem sendo organizativos tanto da homossexualidade quanto da transgeneridade de forma geral.

No caso da categoria transgeneridade, contudo, essa binariedade mononormativa pode tanto ser reforçada (na ideia de “transição de um gênero ao outro”, sobretudo quando dependente de uma normatividade transgenitalizadora, entre outros casos) quanto questionada, e nesse sentido ela abarca possibilidades que a homossexualidade não alcança abarcar. Ora, se a transgeneridade enquanto categoria em si mesma mantém a binariedade mononormativa – ou se é cis, ou se é trans, para ficar em um exemplo superficial –, sua própria definição como negação ampla da cisgeneridade engloba multiplicidades tanto de identidades e categorias positivadas (“mulher trans”, “homem trans”, por exemplo), quanto de identidades negativas como, proponho aqui, é a categoria “travesti”. “Travesti” parece ser, por definição, uma categoria de negação do Gênero. Sabe-se ser uma identidade que é da ordem do feminino mas de um feminino negado (a identidade travesti não se quer exatamente “mulher” ou “mulher trans”, também porque isso seria uma imposição limitadora de certa forma em relação às possibilidades e tecnologias do corpo e da expressão de gênero, ou carregaria uma série de exigências e normas das quais quer se libertar); ligada a uma construção histórica de dupla marginalização, uma vez que essa construção vem tanto das margens do modo de produção capitalista (América Latina e, em especial, Brasil), quanto como um dispositivo de marginalização ativa das travestis por sua condição de classe, posteriormente reapropriado por elas no processo de organização e construção enquanto sujeitos políticos.

Nesse sentido, transgeneridade, travestilidade e bissexualidade se aproximam. Embora haja interpretações bastante equivocadas sobre um suposto reforço binarista da bissexualidade, é hoje um consenso do movimento bissexual ou, como prefiro chamar, Bi-Pan, que a bissexualidade é, de forma próxima à transgeneridade, uma categoria de agregação e negação; a impossibilidade de uma fixação positiva que a delimite é sua grande potência. Até mesmo o polêmico uso do prefixo “bi” pode ser entendido nesse sentido, quando se propõe sua interpretação como a soma de dois ou, melhor ainda para o argumento aqui estabelecido, a simultaneidade de dois anteriormente tidos como impossíveis de serem simultâneos. Nesse sentido, a ideia de bissexualidade aporta uma negação, enquanto a ideia de pansexualidade parece buscar uma afirmação positiva. A bissexualidade é um não-ser e o movimento bissexual parece tomar essa negação como potência e mote; enquanto isso, outras construções de identidade como a pansexualidade, a multissexualidade ou a polissexualidade parecem buscar oferecer uma definição daquilo que se é.

Essa proposição expande e formula teoricamente com maior rigor a compreensão de Eisner (2013) sobre a maneira de reivindicar e compreender a bissexualidade como o que chama de um “termo guarda-chuva”:

A ideia da bissexualidade como um termo guarda-chuva enfatiza um dos melhores significados normalmente associados à bissexualidade: aquele da multiplicidade. Enquanto a bissexualidade como desejo assim como uma ideia cultural pode evocar a multiplicidade de formas de atração, escolhas de objetos e de parceiros sexuais ou românticos, a ideia de bissexualidade como um termo guarda-chuva enfatiza a multiplicidade de identidades, formas de desejo, experiências vividas e políticas. Isso significa que uma definição guarda-chuva de bissexualidade pode nos dar mais espaço para o que gosto de pensar como os três Ds: diferença, diversidade e desvio.

Isso também significa que nessa definição, a bissexualidade nos permite resistir a um padrão único. Sermos diferentes uns dos outros, mas também nos diferenciarmos da norma, sendo diversos e nos diversificando, desviando dos caminhos para os quais fomos empurrados pela sociedade e pela opressão. Significa dizer que as comunidades e movimentos bissexuais podem resistir à padronização imposta sobre nós pela sociedade heterossexual, pelas

comunidades gays, ou mesmo pelo movimento bissexual hegemônico. Nossas comunidades podem recusar delimitar, policiar ou impor ordem sobre as pessoas bissexuais ou sobre quaisquer pessoas. Significa que ninguém é deixado à margem, e em vez disso, nossas diferenças nos servem como fonte de poder<sup>9</sup> (Eisner, 2013, p. 30–31).

Tanto bissexualidade quanto travestilidade, como identidades, são carregadas pela aparente contradição de uma ontologia negativa: se propõem a não-ser, o que não significa que qualquer coisa possa ser encaixada nessas categorias ou reconhecida como parte delas. Nisso diferem da transgeneridade, para a qual há uma definição positiva, o que faz com que, ainda que essa seja a antítese da cisgeneridade (norma), não poderá cumprir a função de negá-la. O mesmo raciocínio opera para a homossexualidade que, sendo antítese da heterossexualidade (norma), não poderá jamais ocupar a posição de negação da mesma.

É a partir dessas reflexões que se estabelecem as bases aqui chamadas de uma bi-alética. Como mencionado anteriormente, o prefixo “dia-” em grego indica travessia ou, ainda atravessamento. Atravessar, verbo que opera em ambos os casos, pressupõe dois lados estanques que não se misturam, e um movimento de ir e vir entre eles. “Não há muita diferença entre uma ponte e um muro”. Pensar em uma bi-alética significa, então, nos termos aqui discutidos e entendendo o prefixo “bi-” como agregador, recusar a impossibilidade de simultaneidade entre os polos (que, então, evidentemente, deixam de ser entendidos como polos), permitindo uma compreensão dos fenômenos a partir de seu acolhimento enquanto totalidade sempre incompleta para que haja movimento (acolhendo assim o princípio da negação). O que esse processo parece por enquanto indicar, no que tange as possibilidades

---

<sup>9</sup> No original: “The idea of bisexuality as an umbrella term emphasizes one of the greatest meanings often associated with bisexuality: that of multiplicity. Whereas bisexuality as desire as well as a cultural idea might invoke a multiplicity of attractions, objects choices, and sexual or romantic partners, the idea of bisexuality as an umbrella term can emphasize a multiplicity of identities, forms of desire, lived experiences, and politics. What it means is that an umbrella definition of bisexuality might give us more space for what I enjoy thinking about as the three Ds: difference, diversity, and deviation.

What it means is that bisexuality under this definition enables us to resist a single standard. To be different from each other as well as from the norm, to be diverse and diversify ourselves, to deviate from paths we’ve been pushed into by society and by oppression. It means that bisexual communities and movements can resist standardization imposed upon us by straight society, gay communities, or even the mainstream bisexual movement itself. Our communities can refuse to toe the lines, to police or impose order upon bisexual people or anyone at all. It means no one gets thrown overboard, rather that our differences can serve as a source of power” – ver Eisner (2013, p. 30–31).



revolucionárias do Gênero, é a necessidade de avançar na reflexão sobre a identidade travesti como anti-identidade, contendo em si sua própria negação tal qual a bissexualidade na interpretação organizada por Eisner (2013) e aqui filosoficamente elaborada. Um olhar dialético para o Gênero permite, assim, recusar a legitimidade de seu grande princípio organizador, a binariedade mononormativa, construindo ferramentas que – parafraseando a brilhante Lorde – possam de fato dismantlar a casa-grande. Resta saber se poderemos também na política operar certo desapego quanto às estruturas precárias, mas ainda firmes das categorias “mulher” (no campo político feminista) e “homossexualidade” (no campo político LGBT), entre outras, ou se poderemos – e como – acolher sua desestabilização como uma conquista.

### Referências

- ADORNO, Theodor W. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2009. 351p. ISBN 9788537801437.
- ADORNO, Theodor W. **Introducción a la dialéctica**: (1958). 1. ed. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2013. 382 p. ISBN 978-987-1673-85-8.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v. 13, n. 43, p. 13–56, 2014. doi:10.1590/0104-8333201400430013.
- BEAUVOIR, Simone De. **Le Deuxième Sexe**: Tome I: Editions Gallimard, 1949a. ISBN 9782071030025.
- BEAUVOIR, Simone De. **Le Deuxième Sexe**: Tome II: Editions Gallimard, 1949b. ISBN 2070161331.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008. 345 p. (Entornos, 6). ISBN 9789501258066.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 2006a. ISBN 0415389550.
- BUTLER, Judith. **Subjects of desire**: Hegelian reflections in twentieth-century France. New York: Columbia university press, 1987b. XVI-268. ISBN 0-231-06450-0.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca (Ed.). **Gênero**: Uma perspectiva global. São Paulo: NVersos, 2015. 336 p. ISBN 9788584440634.
- CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, v. 6, n. 53, p. 20, 2018. doi:10.1590/18094449201800530001.
- EISNER, Shiri. **Bi: Notes for a bisexual revolution**. Berkeley CA: Seal Press, 2013. 345 pages;. ISBN 9781580054744.

- FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana:** A produção capitalista como circulação simples / apêndice, dialética estruturalismo, (pré)pós-estruturalismo. São Paulo: Ed. Paz e terra; Ed. Brasiliense, 1997. 187 p. (Oficina de filosofia). ISBN 85-219-0254-9.
- FREUD, Sigmund. **A negação.** 1. ed. São Paulo: CosacNaify, 2014. 101 p. ISBN 8540504650.
- GUIMARÃES, Leonardo Ferreira. A dialética, entre o método e relidade: um projeto para organizar a contradição. In: Sociedade Brasileira de Economia Política (Org.). **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política.** XXIII Encontro Nacional de Economia Política. Niterói, RJ. 12-15/06/2018, 2018. ISBN 2177-8345.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica:** A doutrina da essência. Petrópolis: Vozes, 2017. 461 p. (Coleção Pensamento Humano, 2).
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica:** A doutrina do conceito. Petrópolis: Vozes, 2018. 461 p. (Coleção Pensamento Humano, 3).
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica:** A doutrina do Ser. Petrópolis: Vozes, 2016a. 461 p. (Coleção Pensamento Humano, 1). ISBN 8532653081.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. [537] p.; (Pensamento humano). ISBN 9788532627698.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Hegel's Science of logic;** London, New York: Allen & Unwin; Humanities P, 1969b. 5-845 p. (Muirhead library of philosophy). ISBN 0041930134.
- LACAN, Jacques. **O seminário:** Livro 20: mais, ainda. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008. 157 p. (Campo Freudiano no Brasil, 20). ISBN 9788571104914.
- MARX, Karl. **O Capital:** O processo de circulação do capital: Boitempo, 2014. (2).
- MARX, Karl. **O Capital:** O processo de produção do capital: Boitempo, 2013. (1). ISBN 857559320X.
- MARX, Karl. **O Capital:** O processo global da produção capitalista: Boitempo, 2017. (3).
- MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies.** London: Routledge & Kegan Paul, 1935.
- MITCHELL, John Cameron. **Tear me Down,** 1994.
- MOREIRA, Máira Marcondes. **O feminismo é feminino?:** A inexistência da mulher e a subversão da identidade. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2019. 201 p. (Coleção Ato psicanalítico). ISBN 853910945X.
- MOSCHKOVICH, Marília. **Feminist Gender Wars:** the reception of the concept of Gender in Brazil and the production and circulation of knowledge in a global system. Campinas, 2018.
- PALHA, Amanda. Transfeminismo e construção revolucionária. **Margem Esquerda,** v. 33, 2019.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ISBN 8571644519.

SAFATLE, Vladimir. Materialismo e Dialéticas sem Aufhebung: Adorno, leitor de Marx; Marx, leitor de Hegel. *Veritas (Porto Alegre)*, v. 62, n. 1, p. 226, 2017. doi:10.15448/1984-6746.2017.1.26210.

STEIN, Gertrude. *Geography and plays*. Boston: The Four Seas Company, 1922.

## TOWARDS A BI-ALECTICAL MATERIALISM

**Abstract:** The tensions and disagreements with or among feminists concerning the concept of gender have as their core a dialectical conception of women as subjects or, yet, of the subject as women. This essay initially proposes and develops ideas on ways in which the disruptive power of such concept can be interpreted as a result of the fact that it presents dialectics as a theoretical solution to concrete dilemmas of the feminist struggle and research. This work attempts to advance such understanding, then, by provoking a bisexual look on the propositions of both Marx and Hegel on dialectics as a method, exploring the revolutionary possibilities for Gender as a system, deriving from the notion of negativity/negation in a dialogue with Adorno. In this scope, this essay proposes the basis of bi-alectics, which intends to be a tool in the transformation and sublation of the Gender system, pointing the comprehension of travestility and the travesti identity as a bialelectical category.

**Keywords:** Gender. Bisexuality. Philosophy. Feminism. Travestility.

**Recebido:** 12/09/2020

**Aceito:** 17/12/2020